



CCJ conclui logo a reforma do Judiciário, diz Lobão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve terminar a votação da reforma do Judiciário até o fim do mês de agosto. A previsão é do senador Edison Lobão (foto), presidente do colegiado. Será examinada pela comissão a parte da proposta não modificada. Os itens alterados serão novamente analisados pela Câmara dos Deputados.

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X - Nº 1.978 - Brasília, 26 a 30 de julho de 2004

Detrans podem reduzir fraudes em desmanche, garante Tuma

Senador defende mais poder aos Detrans para que possam combater com maior rigor as fraudes em desmanches. CPI mista promoverá reuniões em Minas Gerais e no Paraná.

Página 3

Polêmica na CPI que investiga o plantio de soja transgênica

A polêmica marcou, no semestre, as atividades da CPI dos Transgênicos, que investiga a comercialização e o plantio no país de soja geneticamente modificada.

Página 4

Comissão deve votar em agosto projeto de parcerias

O presidente da Comissão de Justiça, Edison Lobão, diz que o projeto que disciplina as parcerias público-privadas poderá ser enviado pela CCJ ao Plenário ainda em agosto. O senador acredita que a rapidez não prejudicará a qualidade da proposta

Página 3

Foto: Divulgação



CONTRIBUIÇÃO Sarney, ao lado do ex-primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt, em encontro na cidade de Salzburg

Sarney critica ação dos Estados Unidos no Iraque

Em discurso na 22ª Sessão do InterAction Council, na Áustria, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que os Estados Unidos estão desrespeitando os direitos humanos no Iraque. O encontro, em Salzburg, reuniu vários ex-chefes de Estado.

Página 2

Saúde e trabalho tiveram atenção especial na CAS



DECISÃO Lúcia Vânia preside a CAS, que aprovou projeto sobre prevenção do câncer

A aprovação de projetos para garantir melhores condições de saúde e trabalho marcou a atuação da Comissão de Assuntos Sociais no primeiro semestre deste ano.

Página 4

Educação: quase 600 matérias no semestre



SALDO Comissão de Educação, presidida por Osmar Dias, votou mais de 500 matérias

Empréstimos para a mídia, biossegurança e reforma universitária foram os principais temas das 28 reuniões deste ano da Comissão de Educação.

Página 4

Senadores querem opinar mais sobre acordos do país



PRERROGATIVA Para Suplicy, Legislativo deve acompanhar acordos assinados pelo país

Entre outras propostas, a Comissão de Relações Exteriores aprovou projeto que garante ao Congresso maior participação nas negociações de acordos comerciais.

Página 3

Sarney critica ações norte-americanas no Iraque

■ Declarações foram feitas durante encontro que reuniu ex-dirigentes de 40 países

O presidente do Senado, José Sarney, disse que é preciso combater o terrorismo mundial numa ação conjunta, mas criticou os Estados Unidos, referindo-se à invasão do Iraque. Ele afirmou que aquele país se apequenou ao aceitar usar como arma a erosão daquilo que tem de mais grandioso perante a história da Humanidade: a defesa da liberdade, dos direitos individuais e da conduta moral e ética nas relações entre pessoas e estados. A declaração foi feita semana passada em discurso na 22ª sessão plenária do InterAction Council, em Salzburg, na

Áustria, que reuniu mais de 40 ex-chefes de Estado e de governo para discutir o direito de intervenção militar.

Sarney lembrou que foi a força desses ideais que fez a vitória dos Estados Unidos sobre as idéias totalitárias e os transformou numa poderosa nação.

Depois de citar o ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono, que qualificou de ato de barbárie, o senador disse que nada justifica o terror, “a mais iníqua de todas as violências”, e sustentou que não se pode admitir que o terror destrua o arcabouço ético, moral e jurídico construído pelo Ocidente. Sarney recordou que, após os atentados, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, manifestou sua revolta, afirmando que iria varrer a sujeira do mundo e que “nossa tristeza virou raiva”.

– Mas essa raiva não podia voltar-se equivocadamente contra o grande legado dos pais fundadores. Os Estados Unidos transformaram-se no maior país do mundo pelos valores que estão na Declaração da Independência e dos Direitos do Homem – observou o senador.

Depois de lembrar a ocupação do Iraque, a chacina dos filhos de Saddam numa casa em ruínas e a prisão, num buraco, do ex-ditador, “mostrado ao mundo com uma imagem pré-histórica”, Sarney ressaltou que, hoje, o mundo vive “o rescaldo dessa ação”.

– As armas de destruição em massa nunca foram encontradas. Os vínculos com Bin

Laden nunca comprovados. A resistência militar que não foi observada na invasão aparece agora como insurgência guerrilheira. O Iraque, antes inteiro, ainda que ditatorial e opressivo, parece dividido em tribos e seitas. E o pior, as imagens de soldados norte-americanos puxando iraquianos nus em uma coleira, nas entranhas da prisão de Abu Graib, onde Saddam antes torturava seus prisioneiros políticos – descreveu. Sarney

Presidente do Senado diz que combate ao terrorismo não justifica o desrespeito aos direitos humanos

reconheceu a existência de alguns sinais positivos. Em sua avaliação, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de estender aos prisioneiros de Guantánamo o acesso a advogados e o interesse que o

documentário *Fahrenheit 9/11* tem despertado no mundo são indícios de que a razão pode estar começando a prevalecer.

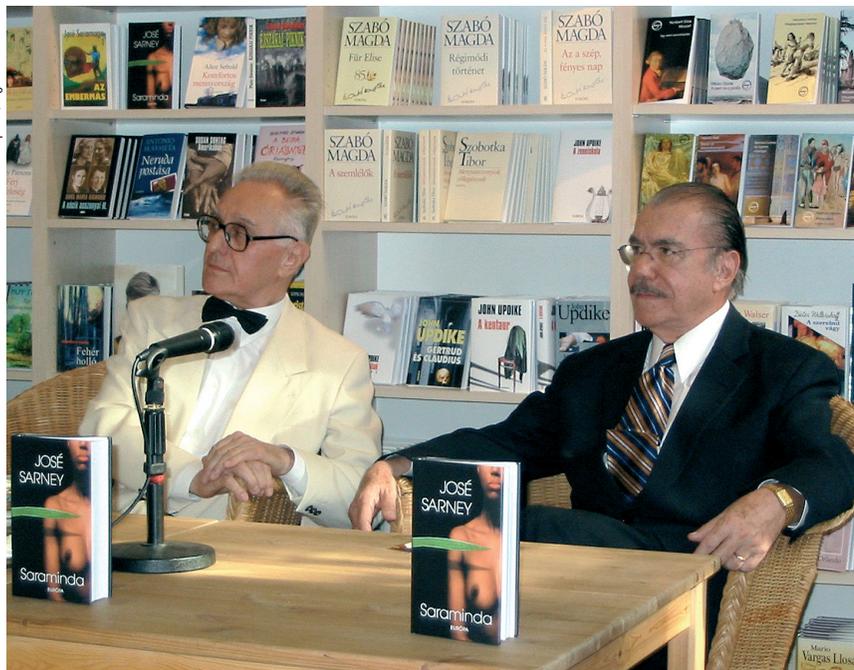
Estabilidade

Ainda durante o encontro, Sarney disse que é difícil para um cidadão sul-americano admitir qualquer possibilidade de uma guerra “justa” ou “preventiva”, contra qualquer país do mundo.

Ao falar do Brasil, o presidente do Senado afirmou que o país atravessa era de estabilidade econômica, marcada pela volta do crescimento do produto interno bruto e pela queda nos níveis de desemprego.

Ressaltou que, em sua opinião, o presidente Lula tem sabido conjugar números macroeconômicos com a prioridade social, dando como exemplo o programa de combate à fome, que sugeriu fosse adotado como política mundial.

Foto: Embaixada do Brasil em Budapeste/Agência Senado



HUNGRIA José Sarney com o professor János Benyhe, tradutor de *Saraminda*

Lançada em Budapeste nova tradução do romance *Saraminda*

Em visita ao Parlamento da Hungria, o presidente do Senado, José Sarney, disse que aproveitava o lançamento da versão em magiar do romance *Saraminda* para homenagear o povo húngaro “por sua impecável transição para a democracia”. Sarney foi recebido segunda-feira da semana passada pela presidente do Parlamento, Katalin

Szili. O presidente do Senado brasileiro afirmou que a palavra “liberdade” é e foi a mais ouvida na história da Hungria, a mais pronunciada pelos heróis daquele país. Sarney lançou mais uma tradução de sua obra na livraria da Editora Europa, no centro da capital, Budapeste. Além de jornalistas, críticos e intelectuais daquele país, o evento contou com a presença do embaixador János Benyhe, tradutor de *Saraminda*, do professor Ferenc Pal e do historiador Istvan Rakoczi.

No debate que se seguiu ao

lançamento, Rakoczi ressaltou a importância de Paulo Rónai na construção da ponte entre o Brasil e a literatura húngara. O tradutor Rónai (nascido em 1907 em Budapeste e no Brasil desde 1941, país onde veio a falecer em 1992) divulgou junto ao público brasileiro diversos contos húngaros.

Saraminda já foi traduzido em seis idiomas, com duas edições francesas, uma delas pela coleção Fólio, da editora Gallimard. À noite, Sarney foi recebido pelo embaixador Roberto Soares de Oliveira.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade

Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Jornal diário volta a circular em agosto

Durante o recesso parlamentar, o *Jornal do Senado* circula em edições semanais todas as segundas-feiras. A partir da próxima segunda-feira (dia 2), data em que os parlamentares retomam as atividades normais da Casa, os leitores voltam a receber as edições diárias.



AGILIDADE Lobão elogia decisão do presidente do Senado de votar destaques a proposta

Senado deve concluir em agosto reforma do Judiciário

A votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Poder Judiciário deve ser concluída no Senado até o fim de agosto, segundo previu o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA). Os senadores votarão a parte do texto à qual não foram acrescentadas alterações. Os itens modificados voltarão à Câmara e deve-

Tuma: maior poder a Detrans evitará fraude em desmanche

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Desmanches encerrou as atividades do primeiro semestre de 2004 com mais uma rodada de audiências públicas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Foram ouvidos os diretores dos respectivos Departamentos de Trânsito (Detrans) sobre as irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores, recuperadores de veículos e oficinas de desmanche em relação a carros roubados e dados como perdidos. A CPMI foi criada a partir da proposta do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que também a preside.

Além dos diretores de Detrans, a CPMI dos Desmanches ouviu ainda diretores do Instituto Nacional de Metrologia,

rão ser votados até dezembro, vaticinou o parlamentar.

Lobão considerou muito importante a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de colocar em votação, a partir de 10 de agosto, os quase 200 destaques apresentados à reforma do Judiciário. Lobão – que, no primeiro semestre de 2004, teve atuação decisiva para garantir na CCJ a votação da PEC que altera a estrutura do Judiciário – acredita que o exame dos requerimentos de destaque não deve protelar a votação da matéria pelo Plenário.

O senador disse que o presidente do Senado terá condições de promulgar logo as mudanças que obtiveram consenso nas duas Casas, estimando que isso represente cerca de 70% do conjunto de propostas. Ele assinalou dois pontos que devem gerar novas polêmicas entre os deputados: as atribuições e a composição do conselho que exercerá o controle externo do Judiciário e a súmula impeditiva de recursos, que impede apelações de decisões de primeira instância idênticas a sentenças proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), ladrões de automóveis que estão presos, representantes de seguradoras, policiais militares, donos de oficinas e promotores públicos do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A CPMI tem até o dia 15 de dezembro para concluir suas investigações e apresentar o relatório final.

O presidente da CPMI, Romeu Tuma, tem defendido mais poder para os Detrans, para que possam combater com mais rigor as fraudes praticadas em desmanches de veículos. Ele pretende também realizar, no segundo semestre, reuniões em Minas Gerais e no Paraná, estados que também enfrentam o problema.



SUBSÍDIOS CPMI dos Desmanches, presidida por Tuma (D), pretende realizar, neste segundo semestre, reuniões nos estados de Minas Gerais e Paraná



TRABALHO Comissão de Justiça retoma atividades no dia 4 de agosto para examinar extensa pauta

Parceria público-privada vai logo a votação na CCJ

Edison Lobão espera rapidez no exame da proposta, sem que isso implique prejuízo da qualidade

O projeto de lei que disciplina a licitação e a contratação das parcerias público-privadas (PPP) deverá ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) até o fim de agosto, estando assim pronto para ser submetido ao Plenário, conforme informou o presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA). A matéria está pronta para ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), dependendo de acordo entre governo e oposição. Em seguida, será enviada para votação na CCJ.

Lobão disse que está disposto a agir com rapidez, contribuindo para ajudar o governo no propósito de aprovar as PPPs (PLC 10/04) no curto prazo. Mas observou que os posicionamentos conflitantes que surgiram na discussão da matéria, entre senadores como Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o ministro do Planejamento, Guido Mantega, recomendam “um cuidado especialíssimo” com o tema. “A agilidade na sua tramitação não pode prejudicar a qualidade do projeto.”

A CCJ deve retomar os seus trabalhos “a todo vapor”, na expressão do próprio parlamentar, a partir do dia 4 de agosto, com sessões deliberativas às quartas-feiras. Para tanto, ele já está mobilizando os integrantes do colegiado, enviando expediente para todos, com o intuito de garantir o quórum

necessário tanto para a abertura das reuniões quanto para votação das matérias.

A pauta da comissão neste segundo semestre deve incluir mais de 1.350 projetos, segundo Lobão. Entre eles, há dois outros assuntos polêmicos, como o que convoca plebiscitos em Minas Gerais e Goiás sobre a criação do estado do Planalto Central e a chamada Lei da Biossegurança.

Lobão avaliou que o projeto de decreto legislativo (PDS 298/02), de autoria do então senador Francisco Escórcio, que possibilita o desmembramento do Distrito Federal com a formação do estado do Planalto Central, tramita há muitos anos no Congresso e é, entre as 30 propostas de formação de novas unidades da Federação, a que reúne maiores condições de viabilização.

Senadores rejeitam aumento de impostos

Para os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Edison Lobão (PFL-MA), não deve haver aumento de alíquotas de contribuições incidentes sobre a folha de pagamento das empresas. A medida, entendem os senadores, além de aumentar a já alta carga tributária nacional, teria o efeito negativo de inibir a contratação formal, com carteira de trabalho assinada, no momento em que a economia do país volta a crescer.

O comentário dos senadores foi feito depois que o governo recuou na proposta de aumentar a alíquota da contribuição previdenciária, de 20% para 20,6%, sobre a folha de pa-

gamento. Enquanto Suplicy elogiou a sensibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao tomar a atitude, Lobão rechaçou a possibilidade de elevação de tributos.

– Elevar tributos é uma coisa insuportável. Não há hipótese de o Congresso votar qualquer lei nesse sentido. Quando votamos a reforma tributária, havia um compromisso severo do governo de que não haveria aumento de impostos de qualquer natureza. Não podemos aceitar que isso aconteça agora – declarou Lobão.

Os dois senadores entendem que a área econômica do governo deve buscar soluções alter-



CONSEQUÊNCIAS Elevação da carga tributária inibe contratação formal, diz Eduardo Suplicy

nativas para cobrir os reajustes dos benefícios conquistados pelos aposentados na Justiça.

Suplicy ponderou que a decisão do presidente da República só foi possível por conta da arrecadação crescente de impostos, da recuperação da atividade econômica e graças aos ajustes feitos na cobrança da Cofins.

Educação debate mídia e reforma universitária

A proposta de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor privado de comunicação, a Lei de Biossegurança, a reforma universitária e a venda do controle acionário da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) foram assuntos que movimentaram a Comissão de Educação (CE) no primeiro semestre legislativo. A comissão

realizou 28 reuniões e votou 654 proposições, das quais a grande maioria – 595 – refere-se a autorizações para funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Foram realizados dois debates sobre a situação financeira do setor de comunicação, um com representantes das TVs e outro com o setor de mídia impressa, este com a presença do presidente do BNDES, Carlos Lessa. O presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), designou seis senadores para apresentar até 20 de agosto uma recomendação ao banco sobre o empréstimo para a mídia. Integram o grupo os senadores Flávio Arns (PT-PR), Hélio Costa (PMDB-MG), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Demostenes Torres (PFL-GO), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).



MISSÃO Osmar Dias, presidente da CE, designou comissão para opinar sobre empréstimo à mídia

Congresso acompanha acordos comerciais

O Congresso Nacional poderá adquirir papel de destaque na discussão de novos entendimentos comerciais com outros países, no momento em que entram na reta final as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e de um acordo entre o Mercosul e a União Européia. Esse é um dos destaques da atuação, no primeiro semestre, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Projeto de Suplicy, acolhido pela comissão, determina que as negociações comerciais deverão ser acompanhadas de perto pelo Legislativo.

A CRE aprovou ainda projeto segundo o qual a comercialização dos peixes capturados em águas continentais brasileiras dependerá de certificado que

atesta a origem do produto, como garantia de que ele não provém de pesca predatória ou não autorizada.

Além de realizar cinco audiências públicas sobre temas diversos, a Comissão de Relações Exteriores decidiu instituir, ao longo do primeiro semestre, grupos parlamentares conjuntos com Suíça, Polônia e Tailândia, todos a partir de projetos do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A comissão também aprovou pareceres favoráveis a 16 projetos de decreto legislativo concernentes a acordos internacionais. Receberam ainda pareceres favoráveis 21 mensagens presidenciais de indicações de autoridades, entre embaixadores e o novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva.



ATRIBUIÇÕES Foram aprovados na CRE 16 acordos internacionais e 21 indicações de autoridades enviadas pelo presidente da República



AGENDA Comissão de Assuntos Sociais votou projetos como o que acaba com a prisão para usuário de drogas

Trabalho e saúde, temas que marcam ação da CAS

■ Obrigação de o SUS dar atenção integral à saúde em todas as áreas é uma das propostas aprovadas

A aprovação de proposições nas áreas do trabalho e da saúde marcou a atuação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no primeiro semestre deste ano. Entre as matérias aprovadas, estão o projeto de Tião Viana (PT-AC) que torna os desfibriladores cardíacos externos semi-automáticos obrigatórios em estações rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos, centros comerciais e ginásios esportivos; o substitutivo de Edison Lobão (PFL-MA) a pro-

jeto que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a dar atenção integral à saúde em todas as áreas médicas; e o parecer de Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) favorável à exigência de brinquedotecas em todas as unidades de saúde que oferecem atendimento pediátrico em regime de internação.

Ainda na área de saúde, a comissão aprovou projetos assegurando a realização de exames preventivos dos cânceres de mama e ginecológicos pelo SUS e incluindo na assistência pré-natal a prevenção e o diagnóstico das anomalias fetais. A CAS realizou diversas audiências públicas sobre questões relacionadas à saúde e a outros temas. Também no primeiro semestre, a comissão presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aprovou

projeto do então senador Lauro Campos ampliando em 30 dias o período de recebimento do seguro-desemprego, além de proposta do então senador Casildo Maldaner que duplica os percentuais de empregados que poderão ser admitidos em contrato de trabalho por tempo determinado.

Destacam-se ainda o projeto que acaba com a pena de prisão para usuários de drogas e agrava a punição para traficantes; a proposta segundo a qual menores de 16 anos de idade não poderão trabalhar, salvo na condição de aprendizes e a partir dos 14 anos; e a proposição de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que permite a utilização do FGTS para pagamento de mensalidades de faculdades particulares do trabalhador e de seus dependentes.

CPI investiga plantio de soja transgênica

As atividades do primeiro semestre da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a comercialização e o plantio de soja transgênica no país foram marcadas por audiências públicas que geraram bastante polêmica. Na primeira delas, o ex-secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul José Hermeto Hoffmann responsabilizou a assembleia legislativa daquele estado pela difusão ilegal da soja geneticamente modificada no país. Para Hoffmann, essa difusão se deu após a assembleia retirar o poder de fiscalização do governo estadual.

Em outro depoimento na



AUDIÊNCIAS CPI presidida por Capiberibe aprovou a convocação de mais 15 depoentes

comissão de inquérito, o funcionário da Embrapa e ex-presidente da CTNBio, o biólogo Luís Antonio Barreto de Castro, mostrou uma coincidência entre o início da plantação de

soja transgênica no Rio Grande do Sul e a comercialização da semente geneticamente modificada Roundup Ready, da multinacional Monsanto.

Para o presidente da CPI, senador João Capiberibe (PSB-AP), as análises feitas pela Embrapa mostram que a Monsanto liberou as sementes transgênicas para o plantio no Brasil. A CPI já aprovou a convocação de outros 15 depoentes – entre eles o governador do Paraná, Roberto Requião, que sancionou lei em 2003 proibindo o comércio e o plantio de transgênicos no estado. A CPI tem prazo até 15 de dezembro para concluir seus trabalhos.